

Estratégias feministas de resistência à violência contra as Mulheres na universidade: uma análise do movimento estudantil de Serviço Social

Cláudia Raquel Cardoso Farias Martins*

Milena Fernandes Barroso**

Resumo:

O texto aborda estratégias feministas de enfrentamentos à violência contra as mulheres no contexto universitário, protagonizadas por estudantes do curso de Serviço Social. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico, documental e de campo, com realização de grupo focal. Em relação ao método, adotou-se o materialismo histórico-dialético, fundamentado no feminismo marxista. A partir dos dados coletados, conclui-se que a presença de coletivos feministas na comunidade acadêmica tem impulsionado o debate acerca da violência contra as mulheres. Reitera-se, assim, a relevância do debate feminista como estratégia de enfrentamento à violência contra as mulheres, tanto na formação em Serviço Social quanto na militância estudantil.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres nas Universidades; movimento estudantil; serviço social.

* Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil. Assistente Social formada pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0107-4143>
E-mail: queelcardosooficial123@gmail.com

** Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe e docente permanente do Programa de Pós Graduação de Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazônia (PPGSS/Ufam). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM-UFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8349-1508>
E-mail: mibarroso@yahoo.com.br

Feminist Strategies for Resisting Violence Against Women at University: An Analysis of the Social Work Student Movement

Abstract:

The text addresses the resistance to violence against women in universities led by students in the Social Work program. The research was bibliographic, documentary, and field-based, with the use of focus groups. The method adopted was Historical-Dialectical Materialism, based on the theoretical framework of Marxist Feminism. Based on the data collected, the findings indicate that the presence of feminist collectives within the academic space has driven the debate on violence against women within universities. The relevance of the feminist debate within social work education and student activism as a strategy for combating violence within universities is reiterated.

Keywords: Violence against women in universities; student movement; social work.

Introdução

A pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” do Instituto Avon, apresentou dados alarmantes sobre a realidade das universidades brasileiras: 42% das mulheres entrevistadas afirmaram temer sofrer algum tipo de violência de gênero no contexto universitário. Além disso, 36% das participantes relataram deixar de participar de atividades acadêmicas por medo de serem violentadas (Instituto Avon, 2015). Diante desse cenário, considerando a inserção das estudantes no cotidiano universitário, alguns questionamentos passam a nortear a presente pesquisa: como se caracteriza a violência contra a mulher no contexto acadêmico? Quais são as interlocuções entre o Serviço Social e os movimentos sociais dentro da Universidade Federal de Sergipe (UFS) frente à violência contra as mulheres no espaço acadêmico? Como o movimento estudantil e os coletivos nos quais as alunas se encontram articuladas abordam a temática da violência no âmbito universitário e no curso de Serviço Social?

A violência contra as mulheres (VCM) tem ganhado maior destaque como objeto de estudo dos movimentos e das pesquisas feministas no Brasil. Recentemente, ampliou-se também o debate acerca desse problema social no espaço acadêmico. Ao compreender a VCM como um fenômeno estrutural, entende-se que o ambiente universitário se configura como um espaço de reprodução das contradições sociais e, portanto, de intensificação dessas violências. Desse modo, esta pesquisa objetiva analisar as estratégias não institucionais de enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe entre 2022 e 2023, com foco na organização política das estudantes do curso

de Serviço Social. Para isso, buscou-se definir a violência contra as mulheres inserida no contexto acadêmico, suas particularidades e relações com as estruturas de poder formadas na universidade. Além disso, investigaram-se as interlocuções entre o movimento estudantil de Serviço Social e os movimentos sociais dentro da UFS frente à violência contra as mulheres no espaço acadêmico e, por fim, buscou-se levantar as estratégias adotadas pelas discentes do curso no enfrentamento à violência de gênero no âmbito universitário.

Para tanto, adotou-se o método histórico-dialético, fundamentado na literatura feminista marxista, utilizando-se as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa bibliográfica, foram mobilizadas autoras como Saffioti (2016), Silva (2016), Barroso *et al.* (2023) e Matos, Santos e Santos (2021), entre outras. Já a pesquisa documental, realizou-se por meio dos descritores “assédio sexual UFS”, “violência contra as mulheres nas universidades” e “assédio nas universidades”. Por último, a pesquisa de campo, desenvolvida em 2024, mediante a realização de um Grupo Focal, utilizou os seguintes nomes fictícios: Dália, Alamanda, Gardênia e Bromélia, a fim de resguardar a identidade das participantes. Tal pesquisa está dividida em quatro partes: a primeira, sobre a violência contra as mulheres nas Universidades; a segunda, sobre o movimento estudantil feminista; a terceira, sobre a organização política de discentes do curso de Serviço Social da UFS frente à violência contra as mulheres; e a quarta sobre o Serviço Social com perspectiva feminista.

A violência contra as mulheres na Universidade

Assim como as desigualdades de gênero se fazem presentes no cotidiano dos/das assistentes sociais, a violência contra as mulheres nos espaços acadêmicos também ocorre com bastante frequência. Marcadas, historicamente, por uma formação classista, racista e elitista, as estruturas hierárquicas das instituições de ensino sofreram poucas transformações ao longo do tempo. Ademais, com a ampliação da presença de grupos historicamente marginalizados — como pessoas negras, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQ+ e mulheres —, observa-se também o aumento de manifestações de violência e ódio direcionadas a esses grupos.

A violência contra as mulheres nas universidades é compreendida, neste estudo, como toda e qualquer forma de violência motivada por sexo/gênero, manifestada por meio de violência física, sexual, moral e psicológica. Tal definição aponta, conforme os dados coletados, que a VCM no espaço universitário não se restringe a relações hierár-

quicas, embora muitos casos envolvam o binômio professor/aluno. Além dessa relação, os dados evidenciam também ocorrências entre aluno/aluna, técnico/técnica, técnico/professora e aluno/professora. Desse modo, observa-se que a perpetração da violência está mais relacionada às desigualdades de sexo/gênero do que propriamente à posição ocupada pelos sujeitos envolvidos, ainda que a hierarquia estabelecida no espaço acadêmico possa potencializar essas violências.

Outro aspecto importante para essa compreensão, refere-se ao fato de que não há dissociação entre a realidade vivenciada nas universidades e o restante da sociedade no que diz respeito à violência. Partindo do pressuposto de que a sociedade patriarcal-racista-capitalista possui a violência contra as mulheres como elemento estrutural, entende-se que, no espaço universitário, essa dinâmica também se reproduz. Pelo contrário, a percepção da universidade como um espaço sublime e isento das desigualdades sociais “para além dos muros” contribui para a omissão e o ocultamento desses casos.

Conforme os estudos de Matos, Santos e Santos (2021) acerca da violência contra minorias no Brasil, observou-se que os casos de violência estão presentes em todas as regiões do país. No entanto, os episódios que envolviam ameaçam à vida estavam majoritariamente associados às mulheres e à população LGBTQ+.

Além disso, a pesquisa demonstrou que o quantitativo de agressores docentes e agressores discentes foram praticamente equivalentes. Isso demonstra que, apesar da hierarquia estabelecida dentro das instituições de ensino, prevalecem as estruturas de dominação-exploração, as desigualdades nas relações de sexo/gênero no sistema *patriarcal-racista-capitalista*.

Em uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), as principais dificuldades institucionais relatadas pelos participantes foram a falta de informação sobre os canais de denúncia, ausência de espaço de acolhimento, sigilo, confiabilidade, bem como o excesso de burocracia para denúncias (Barroso; Lima, 2021).

A máquina estatal, marcada por um caráter racista, patriarcal e capitalista, expressa-se também na burocratização dos processos e nas dificuldades para o encaminhamento das denúncias. Na referida pesquisa, a falta de confiança na instituição é apontada como um dos principais motivos para que as vítimas de violência não busquem atendimento no próprio espaço universitário, evidenciando que a violência institucional “revela-se na conduta de seus agentes, bem como na ausência de serviços de proteção e segurança” (Barroso; Lima, 2021, p. 17).

Segundo um mapeamento de denúncias da Ouvidoria da UFS, realizado por Barroso e Santos (2022), a categoria “relacionamento aluno/professor” apresentou um quanti-

tativo elevado de registros em comparação às demais categorias identificadas nos relatórios analisados. A hierarquização das relações acadêmicas, associada à cultura do assédio e às constantes humilhações, confere poder à figura do professor, que, por vezes, utiliza essa posição para assediar e violentar discentes. Dentro da UFS, por exemplo, essa violência se espalha também sem uma relação direta de hierarquia; o site da Associação de Docentes da UFS (ADUFS) publicou no dia 22 de março de 2024, uma nota de repúdio referente a um caso de violência política contra a mulher e desrespeito contra a presidente da associação em uma assembleia. Sobre o ocorrido, a nota relata que “[...] o professor se direcionou de forma desrespeitosa à mesa composta por três mulheres da Diretoria da ADUFS e tentou tomar o microfone da mão da presidenta, professora Josefa Lisboa” (ADUFS, 2024a). Tal caso evidencia que, embora em cargos equivalentes, docentes homens e mulheres de uma mesma instituição são submetidos a experiências distintas, sendo as mulheres mais vulneráveis a situações de violência e desrespeito em razão de sua condição de gênero.

Em 23 de outubro de 2024 outro caso foi relatado e denunciado pela entidade, dessa vez envolvendo violência verbal e psicológica cometida por um professor contra uma professora. A situação se deu em virtude da participação da docente no acolhimento de uma vítima de assédio sexual e moral (ADUFS, 2024b). A recorrência e a gravidade dos casos de violência na instituição evidenciam a naturalização dessas práticas e a existência de uma cultura institucional que fragiliza as mulheres.

Barroso *et al.* (2023, p. 12) afirmam que a instituição dispõe apenas de uma ouvidoria para o registro de casos e que, no período de 2019 a 2020, sofreu mudanças significativas devido a pandemia, o que impossibilitou a realização de acolhimento dos casos de maneira presencial, mantendo apenas os registros de forma remota. Outrossim, a instituição dispõe de relatórios que, conforme Barroso *et al.* (2023, p. 9) “indica uma imprecisão de informações, com destaque para a ausência do perfil dos/as denunciante e a natureza das denúncias”. Destarte, essa pesquisa prévia demonstra a dificuldade em delinear a real quantidade e as particularidades dos casos.

A participante da pesquisa de campo realizada, identificada pelo nome fictício de Dália, mulher negra, relata um caso de violência vivenciado dentro da UFS:

[...] Então, eu acabei sofrendo racismo, né, não foi o racismo, assim, apontado na cara, mas, tipo, duvidar mesmo, tipo, ah, essa menina preta, velho, tipo, o que ela está fazendo aqui, né? Tipo, quem é ela? Ou, então, eu não me sinto representada por ela, porque ela é uma mulher preta, mas eu não me sinto representada por ela porque ela veio de outro segmento [...], mas não, gente, eu sou preta, eu sou preta, eu sou preta. Sim, eu sou uma mulher privilegiada,

sim, eu me coloco nesse lugar, eu reconheço esse lugar, mas isso não me isenta de sofrer racismo, de sofrer machismo e de sofrer assédio, não (Dália, 2024).

A partir da fala de Dália, nota-se que o termo “outro segmento” se refere à sua posição social, a saber, a classe média. Esta constitui uma subdivisão da classe trabalhadora, mas dispõe de maior poder econômico em relação às camadas mais baixas do proletariado. Ainda no caso analisado, houve uma desqualificação por parte de outro estudante em relação a pertinência da participante no movimento estudantil e nas lutas contra o racismo, sexismo e opressão de classe. Davis (2017) postula acerca da tripla opressão vivenciada pelas mulheres negras, sendo elas o sexismo, o racismo e a opressão de classe. Outrossim, os discursos racistas incutidos no imaginário coletivo da população brasileira rejeitam a ideia de que pessoas negras possam alcançar espaços de poder, principalmente poder econômico. Gonzalez (2020, p. 73) afirma que:

Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a “brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nas a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no Carnaval ou nos oba-obas da vida). Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço.

Gonzalez (2020) aponta que o fato de uma mulher dispor de maior poder econômico, enquadrando-se na classe média, não a exime de sofrer racismo, sexismo ou até mesmo opressão de classe. Pelo contrário, ao ocupar espaços predominantemente dominados por pessoas brancas, há um acirramento do racismo perpetrado nesses locais. A autora ilustra essa questão com o exemplo dos porteiros de edifícios que obrigam pessoas negras a entrarem pela porta de serviço. A desqualificação de pessoas negras constitui uma das principais expressões do racismo, sendo uma constante também nas universidades, que, hierarquicamente, sustentam homens brancos no topo da pirâmide institucional.

A emergência e a disseminação de casos de violência contra as mulheres em todo o Brasil impulsionaram também mobilizações por parte de discentes, docentes, técnicas, e da comunidade acadêmica em geral para denunciar os abusos, assédios, desqualificações, entre outras expressões das violações ocorridas. No tópico a seguir, serão abordadas as experiências feministas no movimento estudantil em todo o Brasil, bem como dentro da militância dos cursos de Serviço Social.

Movimento estudantil feminista

Para Saffioti (2016, p. 126), as mulheres resistem ao sistema de dominação patriarcal desde os primórdios da humanidade, há mais de seis mil anos, desafiando historicamente a ordem social estabelecida. Entretanto, é sobretudo a partir do século XX que emerge um movimento organizado voltado à sistematização de reflexões acerca do lugar da mulher na sociedade, bem como à luta pela transformação social e pela conquista de direitos. Silva (2016, p. 23) argumenta que, mesmo sem conhecerem a teoria feminista, diversos grupos ao longo da história da humanidade se revoltaram contra a ordem patriarcal. Para Silva (2016, p. 22):

O pensamento ou teoria feminista procura responder por que as pessoas do sexo feminino são subordinadas socialmente, que estruturas sociais e/ou processos de interação as mantêm numa situação desfavorável de poder em relação aos homens, em diferentes dimensões da vida social.

Santos (2021, p. 23) reitera que “O auto reconhecimento enquanto feminista faz parte de um processo que passa por uma perspectiva individual e coletiva no mundo. As organizações coletivas fortalecem esse processo por criar uma solidariedade comum de luta”. Organizações de mulheres não são, necessariamente, coletivos feministas, uma vez que o feminismo possui objetivos expressos voltados à emancipação das mulheres e da humanidade, à luta por direitos coletivos e a uma perspectiva antiopressões. É a partir dessa compreensão da luta feminista que serão abordadas as aproximações entre as pautas feministas e o movimento estudantil, principalmente frente aos casos de violência contra as mulheres nas universidades.

Em meados de 2014, na Universidade de Brasília (UnB), segundo Gama e Baldissera (2022), surgiu um canal de denúncias de casos de estupro dentro do campus. Tal canal ganhou força e, no mesmo ano, estudantes do curso de Ciência Política criaram uma página no Facebook chamada “Fiu Fiu - UnB”, cujo objetivo era receber denúncias de assédio e dar visibilidade à problemática. Posteriormente, criou-se o Coletivo Afetadas, composto por estudantes e professoras do Instituto de Ciências Sociais da UnB. Entre 2015 e 2018, as ações desenvolvidas pelo coletivo consistiram em debates públicos, rodas de conversa e atividades de extensão voltadas à temática da violência contra as mulheres (Gama; Baldissera, 2022). Além disso, o grupo utilizou como estratégia o escracho, pois, “em 2015 um grupo de estudantes realizou um escracho: colocou fotos do rapaz nos banheiros do pavilhão principal do campus com a legenda ‘estuprador’. O objetivo era alertar estudantes sobre sua presença no campus” (Gama; Baldissera, 2022, p. 336).

Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Rocha *et al.* (2022) relatam a experiência do coletivo Marielle Franco, criado em março de 2018. Este, por sua vez, é composto por discentes, docentes, servidoras técnicas e funcionárias terceirizadas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). As ações desse coletivo se iniciaram a partir da proposição de um projeto de extensão na UFJF, cujo objetivo era dar visibilidade às ações do grupo. Além disso, realizou-se o evento “Sororidade e Resistência: enfrentamento às violências contra a mulher na universidade”, com a participação de pesquisadoras e artistas, visando debater as formas de violência de gênero no âmbito universitário (Rocha *et al.*, 2022). As autoras ainda destacaram que parte das ações do coletivo incluiu o acolhimento de vítimas de violência e o acompanhamento dos processos de apuração das denúncias no âmbito da Universidade. Além disso, reiteraram a existência de violência institucional cometida contra as vítimas: “Perguntas como ‘Onde você estava com a mão?’, ‘Mas o beijo foi realmente na boca? Você tem certeza?’ ou ‘Será que você não entendeu de forma equivocada uma expressão de carinho do professor?’ fragilizam, humilham e desacreditam as vítimas” (Rocha *et al.*, 2022, p. 447).

A União Nacional dos Estudantes (UNE), que historicamente encabeça o movimento estudantil dentro das universidades, possui uma publicação datada de 2014 sobre a violência contra a mulher. Trata-se de um artigo escrito pela então presidenta da UNE, Virgínia Barros. A autora discute sobre o caráter epidêmico da violência dentro das universidades, destacando a ausência de registro e a falta de divulgação sistemática dos casos. Barros (2014) menciona ainda as denúncias de uma tentativa de estupro na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), uma das mais importantes universidades do país. Outro caso, segundo a autora, ocorreu na Faculdade de Medicina da mesma instituição. Além disso, destaca que a homofobia, também, se encontra nesses casos de violência (Barros, 2014). Por fim, Barros reivindica maior segurança dentro dos *campis* e reforça o compromisso do movimento estudantil no combate a qualquer tipo de opressão às mulheres (Barros, 2014).

Em 21 de setembro de 2023, a entidade acima citada publicou a Carta pelo fim da violência contra as mulheres nas universidades como uma forma de posicionamento diante dos fatos ocorridos na Universidade Santo Amaro (UNISA), em que um time de futebol cometeu importunação sexual em público durante jogos universitários. Reiterou o posicionamento contra violência e a criação da ouvidoria da UNE para apuração de tais casos (UNE, 2023a).

A UNE (2023b) elaborou também uma cartilha de enfrentamento à violência contra as mulheres na universidade, apresentada na 59ª edição do Congresso da UNE. O docu-

mento apresenta conceitos sobre a violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha, além de destacar a rede de enfrentamento a esses casos e as providências que podem ser adotadas diante de VCM na universidade (UNE, 2023b).

Uma notícia publicada no site da UNE informa que a entidade e o Ministério das Mulheres vão investigar casos de violência contra as universitárias. O acordo foi firmado durante o 10º Encontro de Mulheres da UNE em abril de 2023, e afirma que “A pesquisa a ser realizada em acordo com o Ministério da Educação irá realizar um diagnóstico da violência contra as mulheres no ensino superior brasileiro para a construção de políticas públicas a serem implementadas” (UNE, 2023c, p. 1). A notícia ainda aponta sobre a perspectiva que as alunas possuem sobre essa violência dentro do movimento.

A partir dos dados levantados, pode-se compreender que as formas de resistência dos movimentos de estudantes e dos coletivos de mulheres passam a se organizar após a emergência de casos emblemáticos. Essas situações também abrem possibilidades para o debate e para a implementação de ações de enfrentamento e combate, tanto no sentido de remediar os danos sofridos por vítimas passadas quanto de prevenir o surgimento de novos casos de violência.

Embora a formação em Serviço Social ainda estabeleça pontes fragilizadas no tocante à articulação das dimensões de sexo/gênero, raça/etnia e classe dentro de seus currículos (Patriarcha, 2018), também se encontram aproximações da militância do movimento estudantil do Serviço Social com as pautas feministas e contra a violência.

A UNE, criada em 1937, constitui-se como o primeiro espaço de militância para os estudantes do curso de Serviço Social. Contudo, no período da autocracia burguesa — marcado pela ditadura empresarial-militar e pela repressão aos movimentos sociais e estudantis —, a entidade passou a atuar de forma clandestina (ENESSO, 2014). Nesse contexto, em 1978, ocorreu o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) em Londrina, Paraná. A cartilha da ENESSO sobre a história do movimento afirma que foi “[...] promovido pelo Centro Acadêmico da Universidade Estadual de Londrina (UEL). É a partir desse encontro que se inaugura a possibilidade de unificarem-se as lutas, de debater a profissão, a universidade etc” (ENESSO, 2014, p. 1-2). Em 5 de agosto de 1988, foi criada oficialmente a Subsecretaria de Serviço Social na UNE (SESSUNE), que a partir de 1993, passa a se chamar Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). No site oficial da entidade, define-se enquanto

A ENESSO é a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, assim como a os CASS (Centros Acadêmicos de Serviço Social) representam os estudantes de Serviço Social de uma escola, a ENESSO é a **entidade máxima representativa máxima dos estudantes em seus respectivos cursos**, por isso são denomi-

nadas como organização políticas estudantis de área, ou movimento de área (ENESSO, 2020, p. 1, grifo nosso).

Dentro da ENESSO, a pasta de combate às opressões tem sido o espaço responsável dentro da entidade por tratar de questões que articulem as dimensões de sexo/gênero e sexualidade, questão étnico-racial com a estrutura de classe durante os trabalhos de base com os discentes do curso de Serviço Social. O Estatuto de 2019 indica que

Art. 17º Compete ao/a Coordenador/a de opressões: a) **Fomentar a discussão como eixo central a questão social e a violação dos direitos humanos** que se expressam na vida cotidiana através do racismo, machismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia, a questão da deficiência e demais opressões à classe trabalhadora e suas expressões (ENESSO, 2019, p. 13, grifo nosso).

Além disso, na página do Instagram oficial da ENESSO há uma publicação de apresentação da pasta de combate às opressões, sendo a mais recente de fevereiro de 2023. A publicação afirma que algumas das ações do eixo são

12. Ampliar as discussões sobre as diversas manifestações das opressões de classe, raça e gênero, tais como: racismo ambiental, tráfico de mulheres e crianças, trabalho sexual (explorar melhor a definição do termo correto) em todos os âmbitos, sujeitos em situação de manicômio, direitos sexuais e reprodutivos, sujeitos em situação de rua, feminização da pobreza e etc. (ENESSO Nacional, 2023).

O plano de lutas demarca os compromissos adotados pela entidade e direciona as ações tomadas pela gestão em questão. Dentro da pasta de combate às opressões, há o setorial feminista da ENESSO. Na página do Facebook da setorial, encontram-se diversas manifestações políticas em prol dos direitos das mulheres. Há publicações de estudantes em protesto ao Projeto de Lei 5.069, em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, versando sobre as questões étnico-raciais e de combate ao racismo, além de manifestações contra o feminicídio e notas de repúdio à violência contra as mulheres no Brasil (ENESSO Feminista, 2015). Costa (2017) realiza uma análise da cartilha ENESSO feminista de 2013, que foi trabalhada com estudantes de todas as regionais da Executiva, apontando que esta aborda as “políticas públicas para as mulheres, a luta pela igualdade, a violência de gênero, a condição das mulheres negras no Brasil, a descriminalização e legalização do aborto” (Costa, 2017, p. 107).

Em Sergipe, alinhados com a Regional III da ENESSO, o Centro Acadêmico de Serviço Social Maria Anízia Gois de Araújo (CASSMAGA) é a entidade representativa dos estudantes do curso de Serviço Social da UFS. Sendo uma das entidades pioneiras nessa Universidade e no Estado. Segundo a pesquisa de Santos (2016, p. 95) “é pioneiro e que

é um dos mais organizados politicamente e atuante é o CA do curso de Serviço Social”. A autora afirma também que o Diretório Acadêmico é anterior a formação da UFS, sendo o “Diretório Acadêmico Maria Kiehl, associado à Escola de Serviço Social, tendo sua primeira gestão representativa em 1954” (Santos, 2016, p. 21). A autora afirma que o CASSMAGA sempre esteve envolvido nas disputas políticas pela representação e controle do Diretório Central de Estudantes (DCE/UFS), juntamente com os CAs do curso de Direito e Ciências Sociais.

A partir do histórico apresentado acima, no próximo tópico será discutido a organização política das discentes do curso de Serviço Social da UFS, a partir de um grupo focal realizado em 2024 com 04 (quatro) estudantes entre o 3º e 9º período da graduação.

Organização política de discentes do curso de Serviço Social da UFS

Conforme os dados do último Censo da Educação Superior em Sergipe de 2020 (Santos, 2020), há 81.448 alunos matriculados no Ensino Superior no estado, sendo 32,6% nas instituições públicas e 67,4% nas instituições privadas. O Censo demonstra também que dos matriculados em ambas as instituições (públicas e privadas), 57,77% são mulheres, enquanto os homens correspondem a 42,23%. A pesquisa ainda aponta que as matrículas nos cursos de graduação por cor/raça, em Sergipe, na base de 2020, é a seguinte: 16.596 alunos de cor branca (20,4%), 8.473 de cor preta (10,4%), 45.233 alunos de cor parda (55,5%), 1.761 de cor amarela (2,1%), 524 (0,6%) indígenas, 5 sem informações (0,1%) e 8.856 alunos que não declararam (10,9%) (Santos, 2022).

A Universidade Federal de Sergipe é atualmente a única Universidade pública no Estado e foi institucionalizada em 1968. O campus central é o de São Cristóvão, e os de Laranjeiras, Itabaiana, Lagarto e Nossa Senhora da Glória fazem parte do processo de interiorização da instituição. Conforme o site oficial (UFS, 2024), atualmente constam 20.363 alunos/as matriculados em cursos de graduação presencial. O curso de Serviço Social é anterior à criação da UFS e integrou os cursos fundadores da instituição.

Na pesquisa, buscou-se levantar o perfil das estudantes participantes do grupo focal, os movimentos, coletivos e organizações aos quais estavam vinculadas, as ações promovidas por esses grupos, os casos de violência contra as mulheres recebidos, bem como as providências tomadas coletivamente. O perfil das estudantes participantes correspondeu a mulheres cisgêneras, matriculadas no 3º, 7º e 9º período do curso, com faixa etária entre 18 e 24 anos, que em relação ao quesito étnico racial, 01 (uma) se auto-declarou branca, 01 (uma) se autodeclarou parda e 02 (duas) se autodeclararam pretas.

Do grupo descrito acima, ambas estão organizadas politicamente, sendo 01 (uma) integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social, 03 (três) integrantes do Centro Acadêmico de Serviço Social Maria Anízia Gois de Araújo (CASSMAGA), 02 (duas) integram a Juventude do Afronte, 01 (uma) participa da Rede de Mulheres Negras de Sergipe e 02 (duas) integram a Resistência Feminista do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O quadro abaixo demonstra as ações relatadas pelas participantes, relacionadas aos movimentos e coletivos em que estão organizadas.

Quadro 1 - Ações realizadas pelos coletivos/movimentos/programas voltados a temática da violência contra as mulheres nas universidades

PARTICIPANTE ENVOLVIDA	COLETIVO/MOVIMENTO/ PROGRAMA	AÇÃO	TEMÁTICAS
Bromélia	PET Serviço Social	Roda de conversa em escola municipal	Direitos das Mulheres e Reprodutivos
Bromélia	PET Serviço Social	Semana de Arte e Serviço Social (SEMASS)	Violência de gênero no espaço acadêmico
Gardênia	CASSMAGA	Intervenção	Alusão ao 8 de março
Gardênia	CASSMAGA	Questionário/ Mosquito	Pesquisa sobre violência contra as mulheres nas Universidades
Dália	Resistência de Mulheres do PSOL e Afronte	Seminário	Alusão ao dia 8 de março e feminismo negro
Dália	Capoeira no campus	Roda de conversa	Capoeira como forma de defesa para mulheres
Alamanda	Resistência de Mulheres do PSOL e Afronte	Cine-debate	Aborto e direitos reprodutivos
Alamanda	Afronte	Roda de formação	Feminismo, LGBTfobia e antirracismo
Alamanda	Afronte	Panfletagem	Assédio no espaço universitário
Alamanda	Afronte	Atos públicos	Contra a PL 1904 que equipara qualquer tipo de aborto ao crime de homicídio

Fonte: Elaboração da autora.

Os resultados da pesquisa indicam uma tendência já demonstrada por outras autoras (Gama; Baldissera, 2022), de que, mediante o descaso institucional, é o movimento social que admite protagonismo em ações de conscientização, formação, denúncia e visibilização dos casos de violência dentro do espaço acadêmico. Foram identificadas desde iniciativas mais específicas sobre a temática até ações mais gerais de formação feminista e práticas de autodefesa para mulheres. O próximo quadro aborda os casos recebidos pelos coletivos/movimentos representados pelas discentes que participaram da pesquisa.

Quadro 2 - Casos recebidos pelos coletivos/movimentos/programas e providências tomadas

COLETIVO/ MOVIMENTO	CASO RECEBIDO	PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELO COLETIVO
Afronte	Assédio Sexual de estudante para estudante	Denúncia ao departamento, articulação com as entidades de base da universidade e assessoria jurídica para as vítimas
CASSMAGA	Assédio moral contra turma por professor de Economia	Envio de carta denúncia ao departamento de Economia e articulação com Centro Acadêmico
CASSMAGA	Assédio moral contra turma por professora de Sociologia	Envio de carta denúncia ao departamento de Sociologia

Fonte: Elaboração da autora.

Esses resultados demonstram a importância da organização dos estudantes de Serviço Social, principalmente por meio do centro acadêmico, cujos integrantes relataram as denúncias recebidas por estudantes do curso de Serviço Social e se articularam coletivamente para tomar medidas, antes mesmo que o próprio departamento tomasse alguma providência. As ações dentro do curso de Serviço Social se concentram, principalmente, por meio do Centro Acadêmico e do PET Serviço Social, havendo articulações com outras organizações estudantis dentro da universidade por iniciativa individual das discentes. O quantitativo de ações se mostra incipiente e embrionário, além da pequena quantidade de ações voltadas especificamente para a violência contra as mulheres dentro do próprio espaço universitário.

Serviço Social com perspectiva feminista

A expansão da discussão sobre as relações de sexo/gênero no seio do Serviço Social se deu num contexto recente. Para Lisboa (2010), houve descompassos entre as discussões gestadas no Serviço Social e o movimento feminista. Enquanto desde a década de

1960, o movimento feminista acumulava importantes debates sobre essas relações no Brasil, realizando interlocução com áreas do conhecimento como a sociologia, a exemplo da socióloga Heleieth Saffioti; a história, a filosofia e a antropologia, a exemplo de Lélia González; o Serviço Social buscava até meados da década de 1980, a consolidação de suas bases teórico-práticas com o Movimento de Reconceituação. Lisboa (2010) pontua que a década de 1980 foi marcada pelas conquistas alcançadas a partir das reivindicações feministas, incluindo a importante participação de mulheres na Constituinte de 1988. Outrossim, surgem equipamentos ligados ao enfrentamento e combate à violência contra as mulheres, a exemplo das Delegacias Especializadas e espaços de discussão, como os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher. A autora pontua que “Aproximando-se dos movimentos feministas, a partir de 1990, o Serviço Social passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras” (Lisboa, 2010, p. 71).

Destarte, é importante pontuar que houve importantes avanços nos estudos das relações de sexo/gênero no âmbito do Serviço Social, seja articulando com as teorias feministas no espaço acadêmico, seja a partir da militância feminista nos espaços ocupacionais.

Em meados da década de 1990, surgem núcleos de estudos e pesquisas sobre as temáticas de gênero, violência e outros em todo o Brasil, e a partir de 2000 são propostos eixos específicos que contemplam a temática de gênero articulada ao Serviço Social nos encontros da categoria, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS) e Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social (ENPESS) (Lisboa, 2010, p. 71).

A partir da aproximação com as demandas da classe trabalhadora e por meio da definição de compromissos ético-políticos alinhados à eliminação das formas de exploração, a profissão passa a se apropriar cada vez mais do movimento da realidade. Este, por sua vez, escancara os impactos da desigualdade de sexo/gênero para as mulheres.

Conforme os resultados encontrados durante a pesquisa, demonstrou-se a longa relação tanto do movimento estudantil organizado dentro dos cursos de Serviço Social quanto da categoria em geral com a organização e mobilização política em diversos setores da sociedade. O movimento estudantil, ainda que, na maior parte do tempo, esteja voltado a outras temáticas, tem também pautado, ainda que de forma embrionária, o debate acerca das violências contra as mulheres no espaço universitário, principalmente após a eclosão dos casos emblemáticos impulsionados midiaticamente em todo o Brasil.

Sob essa perspectiva, se por um lado observa-se a persistência dos casos de violência contra as mulheres, por outro, as mulheres constituem a maioria entre os matriculados, ao mesmo tempo em que emergem movimentações de resistência, denúncias e articulações para o enfrentamento dessa problemática. Nenhuma dinâmica no capitalismo é neutra e as contradições da realidade se mostram por meio das resistências e lutas de mulheres frente ao sistema de dominação-exploração, tensionando o mito de passividade feminina historicamente construído. No entanto, encontra-se também a incipiência acerca da aproximação com o enfrentamento à violência contra as mulheres no espaço acadêmico. Embora o curso seja majoritariamente composto por mulheres, isso não torna o ambiente de formação isento das formas de violência. Infere-se ainda a presença, ainda, restrita dos debates sobre o tema no curso, seja nas disciplinas ou nas atividades complementares.

Diante disto, Barroso, Martins e Rodrigues (2024, p. 159) delineiam que

Ademais, apesar do crescimento das pesquisas, debates e publicações sobre gênero e raça no Serviço Social, ainda permanece como limite a compreensão de que tais discussões são acessórias e fragmentam a classe trabalhadora. Em outra direção, entendemos que estes debates ampliam as possibilidades de apreensão das contradições que estruturam as relações sociais e dos determinantes fundamentais da vida social.

A defesa por um Serviço Social com perspectiva feminista perpassa a base de formação, ou seja, a inserção do debate de maneira imbricada com os demais conteúdos abordados, para que possamos vislumbrar uma direção profissional feminista. É importante, desse modo, não só pensar os eixos da formação profissional a partir da imbricação do patriarcado-racismo-capitalismo, mas também incentivar a organização estudantil, voltada às pautas feministas.

Embora existam desafios latentes para a ampliação desse debate na profissão, faz-se necessário frisar, assim como fazem Barroso, Martins e Rodrigues (2024, p. 164), que o estreitamento dos laços entre o debate feminista e o Serviço Social tem se mostrado potente. As autoras sinalizam que isso se dá a partir de “um processo de ampliação dessa discussão na sociedade brasileira e de maior articulação de pesquisadoras, professoras e estudantes, que passaram a captar e sistematizar uma reflexão sobre tais conteúdos e sua importância para a formação em Serviço Social”.

Reitera-se, portanto, a relevância do fortalecimento de pautas feministas dentro do movimento estudantil, articulado à formação em Serviço Social, enquanto estratégia de combate e enfrentamento à violência contra as mulheres nas universidades e também

dentro dos próprios cursos de Serviço Social, alinhado à perspectiva emancipatória da profissão.

Considerações finais

A temática da violência contra as mulheres, enquanto objeto de estudo em expansão, aparece em diversas entidades, movimentos, grupos de estudo, mas, em sua maioria, permanece no âmbito doméstico. Contudo, estudos mais recentes vêm ressaltando a presença dessa violência em outros âmbitos e aspectos da sociedade, como por exemplo, no espaço acadêmico. No entanto, não se pode negar a dificuldade em apreender a dimensão do espaço universitário a partir de suas particularidades, manifestadas em expressões de violência específicas, bem como acerca das estratégias institucionais e não institucionais para o seu enfrentamento.

No caso estudado das alunas do curso de Serviço Social da UFS, foi possível identificar a realização de ações de extensão com a temática da violência contra as mulheres, por meio dos coletivos e movimentos sociais, a saber: rodas de conversa, cine-debate e eventos como a SEMASS, bem como ações de cunho político, como intervenções no ambiente universitário, distribuição de panfletos informativos, denúncias públicas dos casos de violência e envio de carta-denúncia para o departamento de origem do docente agressor.

Ainda que o debate feminista não ocupe centralidade na formação, as ações protagonizadas pelas estudantes evidenciam sua relevância e apontam para a importância de uma formação crítica orientada à apreensão das contradições que estruturam a realidade social e sustentam a violência contra as mulheres, tanto no interior das instituições de ensino quanto em outros espaços de atuação profissional.

Neste diapasão, diante de um contexto em que as vias institucionais reiteram a violência institucional negando acolhimento e encaminhamento para as denúncias realizadas, os movimentos estudantis e coletivos têm atuado tanto no recebimento de casos quanto na realização de denúncias e protestos junto à comunidade acadêmica. Isso demonstra o papel fundamental das resistências não institucionais no tensionamento político dentro da instituição para dar visibilidade à temática, movimentação que ocorre em consonância com o projeto ético-político e os princípios éticos do Serviço Social.

Referências

ADUFS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Nota de repúdio: Violência política de gênero: nada justifica!* Aracaju: ADUFS, 2024a. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/2291/nota-de-rep-dio>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ADUFS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Somos todas Sandra Aiache!*. Aracaju: ADUFS, 2024b. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/2351/somos-todas-sandra-aiache>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BARROS, V. *Universidade e violência contra as mulheres: vamos falar sério?* São Paulo: UNE, [2014]. Disponível em: <https://www.une.org.br/2014/11/universidade-e-violencia-contra-as-mulheres-vamos-falar-serio-2/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

BARROSO, M. F. *et al.* Violência contra mulheres no espaço acadêmico: uma análise dos registros da ouvidoria da Universidade Federal de Sergipe no período de 2019 a 2020. In: BARROSO, M. F.; SOUSA, V. F. F. (org.). *Violência e trabalho na Universidade*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

BARROSO, M. F.; LIMA, R. R. (org.). *Universidade sem violência: um direito das mulheres*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

BARROSO, M. F.; MARTINS, A. C. L.; RODRIGUES, T. C. Raça/etnia e gênero na formação em Serviço Social na Região Norte. *Argumentum*, Vitória, v. 16, n. 2, p. 156-168, maio/ago. 2024.

BARROSO, M. F.; SANTOS, E. R. *Mulheres e Universidade: expressões da violência contra as mulheres na Universidade Federal de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2022. Relatório de Pesquisa do Programa de Iniciação Científica (PIBIC).

COSTA, M. A. R. *Feminismo, gênero e serviço social: avanços, contradições e rebatimentos na formação profissional*. 2017. 183f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENESSO - EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. *Cartilha Enesso feminista*. 2013. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/cartilha-enesso-feminista-1.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ENESSO - EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. *Cartilha História da ENESSO*. 2014. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

ENESSO - EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. *Estatuto da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social*. 2019. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/10/estatuto-revisado-2019-3.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

ENESSO - EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. **Quem somos?** 2020. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em: 3 ago. 2024.

ENESSO FEMINISTA. *Cartilha Enesso Feminista*. 27 jan. 2015. Facebook: enessofeminista. Disponível em: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100071523814175>. Acesso em: 3 ago. 2024.

ENESSO NACIONAL. *Eixo de combate às opressões*. 16 fev. 2023. Instagram: @enessonacional. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CovJtj-P3Lh/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==. Acesso em 03 ago. 2024.

GAMA, F.; BALDISSERA, M. *Violências contra mulheres em Universidades Brasileiras: escrachos, denúncias e mediações*. In: ALMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (org.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 325-356.

GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

INSTITUTO AVON. *Violência contra a mulher no âmbito universitário*. São Paulo: Instituto Avon, 2015. Disponível em: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2016/09/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx-2015-1.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66–75, jan. 2010.

MATOS, A.; SANTOS, M. S.; SANTOS, S. A. Violações de direitos das minorias sociais na Universidade Pública. *Revista Flecha do Tempo*, São Paulo, n. 2, p. 65-79, mar./ago. 2021. Disponível em: <http://flechadotempo.nemesscomplex.com.br/index.php/flechadotempo/article/view/63/31>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PATRIARCHA, T. F. *Sobre a Ordem patriarcal de Gênero no processo de formação profissional dos cursos de Serviço Social das universidades públicas do norte do Paraná*. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ROCHA, C. M.; BEZERRA, C. S.; ARRIBAS, C. G.; MACHADO, J. S. *Do silenciamento ao enfrentamento: experiência do Coletivo Marielle Franco - mulheres UFJF nas ações de combate à violência de gênero no ambiente universitário*. In: ALMEIDA, T. M. C.; ZANELLO, V. (org.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 439-466.

SAFFIOTI, H. I. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115–136, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/864454>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SANTOS, A. S. F. *Movimento estudantil universitário de Sergipe: modelos de organização, redes sociais e engajamento individual (2000-2015)*. 2016. 233 f. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

SANTOS, D. Censo da educação superior em Sergipe – 2020. *AJN1*, Aracajú, 26 fev. 2022. Disponível em: https://ajn1.com.br/type_blogs/censo-da-educacao-superior-em-sergipe-2020/. Acesso em: 10 ago. 2024.

SANTOS, J. E. A. *Coletivos estudantis feministas e internet*. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Ciências Sociais, Viçosa, 2021.

SILVA, C. S. M. *Feminismo popular e lutas antissistêmicas*. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Conheça a UFS*. Aracajú: UFS, [2024]. Disponível em: <https://www.ufs.br/pagina/220>. Acesso em: 22 nov. 2024.

UNE -UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *Carta pelo fim da violência contra as mulheres nas universidades*. São Paulo: UNE, 2023. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/carta-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres-nas-universidades>. Acesso em: 19 abr. 2024.

UNE -UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *Cartilha de enfrentamento à violência contra as mulheres na universidade*. São Paulo: UNE, 2023. Disponível em: <https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2023/07/Cartilha-de-Enfrentamento-a-Violencia-Contra-as-Mulheres-na-Universidade.pdf>. Acesso em; 19 abr. 2024.

UNE -UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *UNE e Ministério das Mulheres vão investigar violência contra universitárias*. São Paulo: UNE, 2023. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/une-e-ministerio-das-mulheres-vao-investigar-violencia-contra-universitarias>. Acesso em: 3 ago. 2024.

Recebido em: 27 de agosto de 2025

Aprovado em: 13 de maio de 2026